



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010205-88.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Defensoria Pública**
 Requerente: **Danilo Mendes Silva de Oliveira e outros**
 Requerido: **Fazenda Publica do Estado de São Paulo e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, proposta por **Danilo Mendes Silva de Oliveira, Kamilla Renata Teixeira, Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro, Maria Alice Packness Oliveira de Macedo, Rodrigo Emiliano Ferreira e Vera Cristina Carmesin Cavalli** contra a **Fazenda do Estado de São Paulo**, visando a que sua remuneração não seja mais divulgada nominalmente no "Portal da Transparência", sob o fundamento de que isso viola os princípios da proporcionalidade, intimidade e vida privada, colocando em risco a sua segurança pessoal. Com a inicial vieram os documentos de fls. 12/50.

Pela decisão de fls. 60/60vº, foi indeferida a antecipação dos efeitos da tutela, contra a qual foi interposto Agravo de Instrumento (fls. 148), ao qual foi dado provimento, pelo Egrégio Colégio Recursal, permitindo-se a divulgação apenas pelo número de matrícula (fls. 224/228).

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 236/244), alegando que o pedido conflita com os princípios constitucionais da supremacia do interesse público, moralidade e legalidade. Tece considerações sobre o chamado “Portal da Transparência Estadual”, que disponibiliza na Rede Mundial de Computadores os dados e as informações decorrentes da atuação do Governo, permitindo ao cidadão acesso às informações produzidas pela Administração Pública. Afirmou que agiu em cumprimento aos ditames da Lei Federal nº 12.527/2011, que, em seu artigo 3º, reconhece que o acesso



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

à informação constitui um direito fundamental e que é dever do Estado garantir a concretização desse direito mediante procedimentos objetivos e transparentes. Colacionou Jurisprudência do C. Supremo Tribunal Federal, externando posicionamento pela divulgação dos nomes e vencimentos dos servidores públicos nos sítios eletrônicos oficiais.

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O feito prescinde de outras provas, pois bastam aquelas existentes nos autos para a formação da convicção deste Juízo. Assim, passo ao julgamento da lide no estado em que se encontra (art. 330, inciso I, do Código de Processo Civil).

O pedido não comporta acolhimento.

A questão colocada em debate é se a publicação dos vencimentos de funcionários, servidores e empregados públicos fere a privacidade, intimidade e sigilo do particular; ou se estaria de acordo com o princípio da publicidade, dando oportunidade para a própria população fiscalizar as contas públicas.

Desde o surgimento da questão com a publicização do portal em rede mundial de computadores, várias ações semelhantes foram distribuídas, questionando a constitucionalidade e a legalidade da medida, insurgindo-se os servidores públicos que viam na providência invasão de sua privacidade e intimidade, tanto quanto, perigo ao direito de informação e segurança de cada indivíduo que teve seus dados lançados ao acesso comum.

A Jurisprudência a respeito do tema se consolidou no sentido de que a exigência constitucional da publicidade e da moralidade administrativa confere fundamento autônomo para a divulgação dos vencimentos dos servidores públicos, sem que isto implique ofensa à exigência da legalidade e sem que constitua agravo ao direito de intimidade e outros correlatos, de maneira que inexistente qualquer ilicitude no agir da administração examinado nestes autos.

Deve haver preponderância do interesse público sobre o particular, uma vez que não gera insegurança à sociedade a divulgação dos vencimentos dos servidores, trabalhadores e empregados públicos, mas sim motiva a sociedade a ter conhecimento das finanças públicas, inclusive, por ser dinheiro da população contribuinte, facilitando o controle e fiscalização do dinheiro público.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Tal é a orientação dada pelo C. STF, na esteira do que se consolida a jurisprudência do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. ACÓRDÃOS QUE IMPEDIAM A DIVULGAÇÃO, EM SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL, DE INFORMAÇÕES FUNCIONAIS DE SERVIDORES PÚBLICOS, INCLUSIVE A RESPECTIVA REMUNERAÇÃO. DEFERIMENTO DA MEDIDA DE SUSPENSÃO PELO PRESIDENTE DO STF. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO APARENTE DE NORMAS CONSTITUCIONAIS. DIREITO À INFORMAÇÃO DE ATOS ESTATAIS, NELES EMBUTIDA A FOLHA DE PAGAMENTO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE ADMINISTRATIVA. NÃO RECONHECIMENTO DE VIOLAÇÃO À PRIVACIDADE, INTIMIDADE E SEGURANÇA DE SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVOS DESPROVIDOS. 1. Caso em que a situação específica dos servidores públicos é regida pela 1ª parte do inciso XXXIII do art. 5º da Constituição. Sua remuneração bruta, cargos e funções por eles titularizados, órgãos de sua formal lotação, tudo é constitutivo de informação de interesse coletivo ou geral. Expondo-se, portanto, a divulgação oficial. Sem que a intimidade deles, vida privada e segurança pessoal e familiar se encaixem nas exceções de que trata a parte derradeira do mesmo dispositivo constitucional (inciso XXXIII do art. 5º), pois o fato é que não estão em jogo nem a segurança do Estado nem do conjunto da sociedade. 2. Não cabe, no caso, falar de intimidade ou de vida privada, pois os dados objeto da divulgação em causa dizem respeito a agentes públicos enquanto agentes públicos mesmos; ou, na linguagem da própria Constituição, agentes estatais agindo “nessa qualidade” (§6º do art. 37). E quanto à segurança física ou corporal dos servidores, seja pessoal, seja familiarmente, claro que ela resultará um tanto ou quanto fragilizada com a divulgação nominalizada dos dados em debate, mas é um tipo de risco pessoal e familiar que se atenua com a proibição de se revelar o endereço residencial, o CPF e a CI de cada servidor. No mais, é o preço que se paga pela opção por uma carreira pública no seio de um Estado republicano. 3. A prevalência do princípio da publicidade administrativa outra coisa não é senão um dos mais altaneiros modos de concretizar a República enquanto forma de governo. Se, por um lado, há um necessário modo republicano de administrar o Estado brasileiro, de outra parte é a cidadania mesma que tem o direito de ver o seu Estado republicanamente administrado. O “como” se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

administra a coisa pública a preponderar sobre o “quem” administra falaria Norberto Bobbio -, e o fato é que esse modo público de gerir a máquina estatal é elemento conceitual da nossa República. O olho e a pálpebra da nossa fisionomia constitucional republicana. 4. A negativa de prevalência do princípio da publicidade administrativa implicaria, no caso, inadmissível situação de grave lesão à ordem pública. 5. Agravos Regimentais desprovidos. (SS 3902 AgRsegundo, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 9/6/2011).

Responsabilidade civil - Divulgação nominal de vencimentos na internet – Exigência constitucional da publicidade e da transparência da administração que conferem fundamento autônomo e lícito para o procedimento adotado - Inexistência de ofensa à legalidade ou à intimidade e valores correlatos - Inexistência de ato ilícito na espécie Sentença de parcial procedência Recurso da Municipalidade e oficial providos Recurso dos autores improvido.(TJ-SP - Apelação 0013905-64.2010.8.26.0053, Relator: Luis Fernando Camargo de Barros Vidal, Data de Julgamento: 25/08/2014, 4ª Câmara de Direito Privado).

A ação da Administração Pública está em consonância com o princípio da publicidade, previsto nos artigos 37, *caput*, 5º, XIV e XXXIII, 37, §3º, II, e 39, §6º, todos da Constituição Federal.

E, como leciona o Professor Hely Lopes Meirelles, “*o princípio da publicidade dos atos e contratos administrativos, além de assegurar seus efeitos externos, visa a propiciar seu conhecimento e controle pelos interessados diretos e pelo povo em geral, (...) abrange toda atuação estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos como também de propiciação de conhecimento da conduta interna de seus agentes. Essa publicidade atinge, assim, os atos concluídos e em formação, os processos em andamento, os pareceres dos órgãos técnicos e jurídicos, os despachos intermediários e finais, as atas de julgamentos das licitações e os contratos com quaisquer interessados, bem como os comprovantes de despesas e as prestações de contas submetidas aos órgãos competentes*”.

Ressalte-se, por fim, que a própria Defensoria Pública do Estado de São Paulo defende a divulgação das remunerações (fls. 245/252), tendo concluído o seu parecer no sentido de que: “esta Defensoria Pública, prezando pelos valores que inspiram o Estado Democrático de Direito, tem a firme convicção de que a divulgação de remuneração de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

seus membros e servidores se coaduna com os parâmetros normativos, bem como com a postura adotada pelas Instituições Públicas mais representativas do país, tendo como propósito a construção de uma Administração verdadeiramente Pública, proba e cristalina".

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido formulado nesta ação, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

Não há condenação nos ônus da sucumbência, já que o feito foi processado nos termos da Lei 12.153/09.

P.R.I.

São Carlos, 24 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**